

**EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS****O IMPACTO DA POLÍTICA DO NEOLIBERALISMO PARA A SOCIEDADE  
BRASILEIRA****THE IMPACT OF NEOLIBERALISM POLICY ON BRAZILIAN SOCIETY****Francisco Manoel de Moura<sup>1</sup>  
Raimundo Lenilde de Araújo<sup>2</sup>****RESUMO**

Com o crescimento do capitalismo, e conseqüentemente as lutas de classes, há a necessidade do Estado passar por transformações, para atender às demandas do capital. O neoliberalismo como doutrina, surgiu no final dos anos 1930, na Europa, como um sistema contrário a todas as formas de intervenção do Estado; que neste período ainda era considerada uma política irrelevante. Por conseguinte, no Brasil, a implementação efetiva de medidas neoliberal, projetou-se tardiamente, a partir de 1990. O objetivo deste artigo, é discutir as conseqüências das políticas neoliberais para sociedade brasileira e o impacto provocado nas políticas públicas sociais. A metodologia utilizada, trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo teórica. Portanto, os resultados demonstram que o neoliberalismo tomou para si a responsabilidade de reformular as funções do Estado, com a ideia de Estado mínimo. Por fim, conclui-se que as lideranças políticas no Brasil estão a serviço dos grupos capitalistas e financeiros.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; trabalho; política sociais;

**ABSTRACT**

With the growth of capitalism, and consequently class struggles, there is a need for the state to undergo transformations in order to meet the demands of capital. Neoliberalism as a doctrine emerged at the end of the 1930s in Europe as a system opposed to all forms of state intervention, which at this time was still considered an irrelevant policy. In Brazil, therefore, the effective implementation of neoliberal measures

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí. Licenciado em Geografia; Discente Mestrado em Políticas Públicas. E-mail: manioel.geo.moura@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8405806521692703> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0871-0053>.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Piauí. Pós-Doutor em Geografia/Educação Ambiental-UFC; Doutor em Educação Brasileira-UFC; Docente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. E-mail: raimundolenilde@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7741473553613369>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5491-0996>.

was delayed until 1990. The aim of this article is to discuss the consequences of neoliberal policies for Brazilian society and their impact on public social policies. The methodology used is theoretical bibliographical research. Therefore, the results show that neoliberalism has taken responsibility for reformulating the functions of the state, with the idea of a minimal state. Finally it is concluded that political leaders in Brazil are at the service of capitalism and financial groups.

**Keywords:** Neoliberalism; labor; social policy;

## **1 INTRODUÇÃO**

Com o crescimento significativo do sistema capitalista, e as conseqüentes lutas de classes, há a necessidade do Estado liberal passar por transformações, em que seja capaz de atender às demandas do capital e da classe trabalhadora, de certa forma, induzindo nas expressões da questão social do capitalismo monopolista que regula a relação capital/trabalho.

O ponto inicial, em que se proponha à análise, decorre-se a partir do capitalismo contemporâneo, no final da década de 1970, período em que o Estado de bem-estar social começa a entrar em declínio, fato que, ocorre em virtude da grande crise do capital, e, sobretudo, a partir do fim da instabilidade e da consolidação da nova hegemonia: o capital financeiro.

Portanto, esse novo método de regulação social neoliberal, iniciou-se a sua expansão no Brasil, a partir da década de 1990, em que os defensores alegavam a necessidade de reformulação para modernizar o Estado, seguindo a nova conjuntura mundial.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é discutir as conseqüências da política do neoliberalismo para a sociedade brasileira, e principalmente, para a classe trabalhadora, e o impacto provocado nas políticas sociais.

Quanto à metodologia utilizada, trata-se de uma revisão bibliográfica, que segundo Prodanov e Freitas (2013), tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto abordado; e quanto ao método, é uma pesquisa qualitativa do tipo teórica.

Para a realização da pesquisa, foram explorados teóricos como: Coutinho (2006); Fernandes (1976); Harvey (2003), (2008); Martins (2011); Marini (2005); Oliveira (2003), entre outros. Em que foi realizada uma discussão sobre a temática, enfocando os principais pontos que fundamentam a questão.

## 2. O SURGIMENTO DA POLÍTICA DO NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo, como doutrina político-econômica, surgiu no final dos anos 1930 na Europa, como um sistema contrário a todas as formas de intervenção do Estado; sendo que, neste período ainda era considerada uma política irrelevante; bastante rejeitada pelas correntes do pensamento político-econômico mundial, onde predominava o capitalismo (Harvey, 2003). No entanto, a partir da crise gerada sobre acumulação, passou-se a ser pensado como um movimento que poderia ser uma alternativa à política Keynesiana. Pois essa doutrina, surgiu em reação teórica e política contra o Estado intervencionista, tornando-se vigente seu modelo, sobretudo, a partir da década de 1970 (Harvey, 2003).

Portanto, nesse período o sistema capitalista enfrentou uma enorme crise estrutural no cenário mundial, provocada pela superacumulação do capital, que proporcionou o aumento dos custos de produção, e conseqüentemente, reduzindo as chances de obtenção de super lucros e de apropriação da mais valia pelos capitalistas (Coutinho, 2006). Fato que, esse evento tornou-se uma cadeia que atingiu as grandes companhias, provocando a falência de corporações; em virtude dessa situação, houve a fusão e incorporação de empresas, para que pudessem permanecer no mercado (Coutinho, 2006). Em vista disso, esse processo desencadeou medidas para a saída da crise, modificando não apenas forma de acumulação, assim como, o de regulação social, atingindo de forma significativa as funções do Estado.

Neste sentido, como ressalta Harvey (2003 p.124) [...] “se o capitalismo vem passando por uma dificuldade crônica de sobre acumulação desde 1973, então o projeto neoliberal de privatização de tudo faz muito sentido como forma de resolver o problema”. No entanto, a partir desse período, com a crise do petróleo que se deu após o ano 1973, em que o capitalismo teve como consequência uma recessão que durou um longo período, levando ao declínio das taxas de crescimento e alcançando elevados índices de inflação (Harvey, 2008).

Desde a década de 1980, esse novo modelo econômico, o neoliberalismo, começava a se fortalecer e expandir-se politicamente em âmbito mundial, com o governo de Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América, e sobretudo no comando de Margareth Thatcher, na Inglaterra, os quais eram considerados neoconservadores; visto que, eles providenciaram a ampliação e efetivação das ideias neoliberais; como sendo uma política eficaz e que poderiam enfrentar o poderio dos sindicatos; passando a negociar com os estados nacionais as reformas

trabalhistas, o que de forma concreta, atingiu a segurança dos trabalhadores nos vínculos empregatícios ( Leme, 2010).

Neste ponto de vista, de acordo com Harvey (2003):

O FMI e o Banco Mundial mudaram quase que da noite para o dia seus parâmetros de política, e em poucos anos a doutrina neoliberal fizera uma curta e vitoriosa marcha por sobre as instituições e passara a dominar a política, primeiramente no mundo anglo-saxão, porém mais tarde em boa parte da Europa e do mundo ( Harvey, 2003 p.130).

Nesta perspectiva, como ressalta Leme (2010), quando essa doutrina política chegou na América Latina, através do Consenso de Washington, as influências do neoliberalismo trouxeram benefícios, e principalmente danos. Foi um plano para chegar à conciliação das economias periféricas, assegurado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com intuito de ser implementado nos países considerados subdesenvolvidos.

Com uma imprescindível tarefa histórica da acumulação primitiva, como afirma Marini (2013, p.49) “a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais”. De forma que, aconteceu fundamentalmente com a abertura dos países latino-americanos para a política neoliberal nas décadas de 1980 e 1990, principalmente com as ideias de privatizações, que foi uma das principais ações exigidas, para que houvesse a relação da política econômica nacional e internacional ( Marini, 2013).

Entretanto, para firmar-se com essa ideologia política e econômica, o governo privatiza as grandes empresas estatais, ou seja, são vendidas a conglomerados multinacionais, com isso, beneficiando a burguesia nacional, que é dependente do capital internacional ( Harvey, 2008). Corroborando com essa argumentação, Coutinho (2006), ressalta que,

Mas essa privatização do público deve ser compreendida sobretudo com base na teoria econômica marxista, ou seja, no fato de que a intervenção do Estado na economia visou fundamentalmente à criação das condições mais favoráveis à expansão do capital privado (Coutinho, 2006, p.84).

Desse modo, o neoliberalismo na América Latina alimenta-se das contradições históricas da classe dominante, enquanto consolida-se como modelo econômico da democratização

política, através da renovação das concepções hegemônicas, desmontando seus oponentes pela repressão violenta (Martins, 2011). De certa forma, o neoliberalismo potencializa-se sua identidade de projeto com o poder dominante, reafirmando as condições características do capitalismo dependente, que rastreia o subcontinente latino-americano.

## 2.1 SUPER EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

O capitalismo globalizado, vem a partir da década de 1970, dominado pelo capital financeiro, transformando a economia, estabeleceu-se sua lógica de curto prazo, com ramificação em todos os setores econômicos, e efetivamente, nos métodos de gestão da classe trabalhadora, pautados sobretudo na flexibilização e precarização do trabalho (Harvey, 2003). De fato que, esse fenômeno prospera e se alimenta através de uma nova configuração do Estado, onde cada vez mais o operariado é super explorado.

Portanto, com a efetivação da política do neoliberalismo nos países periféricos, que são majoritariamente dependentes de tecnologias dos países desenvolvidos, de modo que, para alcançarem uma integração com o sistema econômico mundial, são submetidos à política de exploração, ou seja, a superexploração da classe trabalhadora.

Neste sentido, Marx (1985) quando analisou as possibilidades em que as forças produtivas e a mais valia poderiam variar o preço, com excessivos esforços no trabalho e atividades de forma mais intensiva, que podem diferenciar com a jornada laboral, conclui que:

Com a jornada de trabalho prolongada, o preço da força de trabalho pode cair abaixo de seu valor, embora nominalmente permaneça inalterado ou mesmo suba. É que o valor diário da força de trabalho, como será lembrado, é calculado sobre sua duração média, ou seja, sobre a duração normal da vida de um trabalhador e sobre uma correspondente transformação normal, ajustada à natureza humana, de substância vital em movimento (MARX, 1985, p. 118).

De tal modo que, com a intensidade do trabalho em tempo prolongado, compromete-se as forças do trabalhador, e conseqüente, ocorre o desgaste do operário ao longo do período laboral, causando o comprometimento da sua integridade física, e de certo modo, afetando a sua saúde. Apesar disso, os governos nacionais são comprometidos com o neoliberalismo a mudarem as leis trabalhistas, de certo modo, ocorre o enfraquecimento das lutas dos

trabalhadores, e a priori, tendo maior potencial de exploração do lucro pelas empresas multinacionais, além dos ganhos do capital financeiro investidos nesses países (Martins, 2011).

No entanto, de acordo com Santos e Silveira (2006), a implantação do neoliberalismo em um território, traz consequências nefastas, principalmente para as populações mais empobrecidas, que são efetivamente penalizadas, ficando cada vez mais dispersas dos grandes centros produtivos.

## 2.2 A POLÍTICA DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

No contexto brasileiro, o modelo político-econômico do neoliberalismo, teve uma introdução relativa, pois não foi possível sua consolidação efetiva, devido a oposição de líderes que defendiam o modelo desenvolvimentista nacional (Oliveira, 2003). No entanto, a partir do golpe militar de 1964, simpatizantes dessa doutrina, que participavam do governo, associado à burguesia financeira industrial, é que foi possível dar início com a entrada de capital externo e empresas multinacionais no país (Coutinho, 2006).

Por conseguinte, a implementação efetiva de medidas do ideário neoliberal, no Brasil, projetou-se somente a partir do ano de 1990, com o governo de Fernando Collor de Mello, que, segundo (Filgueiras, 2006), com a adesão somente neste período, o país foi um dos últimos da América Latina a incorporar-se no projeto político-econômico neoliberal.

Porém, de acordo com Leme (2010), esse novo modelo continua de forma menos intensa no governo de Itamar Franco (1993-1994); visto que, Fernando Henrique Cardoso quando é nomeado ministro da fazenda, cria uma política de reforma no Estado brasileiro, com o objetivo de priorizar a estabilização da economia nacional. Apesar disso, posteriormente, o neoliberalismo se fortaleceu nos dois governos do FHC (1995-2002). Logo, o período subsequente, foi marcado por uma série de questionamentos quanto à regulação do trabalho, dentre os quais a terceirização esteve presente nas pautas (Leme, 2010).

É notório que as economias dependentes, o caso do Brasil, estão submetidas às relações desiguais de poder, pois dependem efetivamente de investimentos do capital dos países centrais, no território nacional, ficando submetidos aos interesses do regime neoliberal (Coutinho, 2006).

De fato, de acordo Santos e Silveira (2006), quando o setor econômico se mostra uma maior preocupação com o mercado global, e por esta razão, o abandono do mercado interno,

traz consequências drásticas para a sociedade desses estados; como o desemprego e o empobrecimento da população.

A priori, mesmo após o Partido dos Trabalhadores (PT), alcançar o poder (2003-2015), criando-se uma grande expectativa para a classe trabalhadora, que era a defesa de seus interesses; certamente, não aconteceu o que o partido pregava, houve uma aproximação do modelo econômico vigente, quer dizer, o neoliberalismo continuou avançando no país, seguindo o mesmo modelo político econômico, ou seja, procura sob todas as formas a exploração da classe trabalhadora, tornando a elite dominante mais poderosa e enriquecida ( Braga, 2012).

Nesta perspectiva, como aponta Filgueiras ( 2006 ), em que ressalta:

Desse modo, com o abandono do programa histórico do PT, de caráter social-democrata-nacional-popular, e com a manutenção do programa e das políticas neoliberais, o Governo Lula evitou enfrentamentos com o bloco dominante, governando com e para ele. Portanto, nem de longe, está se vivendo uma fase de transição pós-neoliberal, mas sim um ajustamento e consolidação do modelo neoliberal –que tem possibilitado uma maior unidade política do bloco dominante, isto é, tem reduzido o atrito no seu interior (Filgueiras, 2006 p.186).

Por conseguinte, o Governo brasileiro aprovou a reforma trabalhista em 2017, no período em que acontecia um movimento político que visava a ascensão da direita no poder, que tinha pretensões de enfraquecer os sindicatos, e conseqüentemente as lutas de classes. Neste período de aprovação da reforma, ocorreram vários debates evidenciando a importância de aprová-la, justificando-se pelos altos índices de desemprego que assolava o país, o que serviu de fundamentação para os políticos que afirmavam, que era necessário modernizar-se para a economia crescer (Druck et al.2019).

Apesar disso, outras reformas estão por vir, o grande interesse do governo brasileiro está alinhado à ganância do capital financeiro, o que o levou posteriormente a enviar ao Congresso

Nacional, a proposta de reforma da previdência, de fato, isso concretizou-se em 2019; acredita-se que uma nova reforma trabalhista poderá ser proposta pelo governo, com grandes perspectivas de ser aprovada ( Silva, 2018).

### 3 AS CONSEQUÊNCIAS DO SISTEMA POLÍTICO ECONÔMICO NEOLIBERALISMO PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

O Brasil traz consequências e particularidades próprias de um estado colonizado, em virtude que, teve um passado de autoritarismo, e sua economia de sustentação dependente dos estados centrais, e que, passou-se por um processo de transição da democracia, nas décadas de 1970 e 1980 (Fernandes, 1976). Neste sentido, a conjuntura da redemocratização do país, foi marcada por ter uma classe dominante, que estava interessada em manter o processo de dominação, que permeava na estrutura do poder.

Portanto, a burguesia neste período enfrentava dificuldades econômicas, o que gerou uma subdivisão, originando a formação de dois grupos com objetivos distintos; um estava voltado à renovação da industrialização, que defendiam a substituição de importações; e outro, de caráter neoliberal, essa via a reestruturação da democracia brasileira como sendo importante ao neoliberalismo (Oliveira, 2003).

Neste sentido, o neoliberalismo tinha como tarefa histórica a acumulação primitiva, “a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais” ( Marini, 2013, p. 49).

Entretanto, de acordo com Harvey (2008), o neoliberalismo para alcançar suas metas e constituir-se em uma política sólida, procura legitimar-se toda e qualquer ação, que seja necessária para conquistar seus objetivos. Dessa forma, Fernandes (1976), argumenta que:

Desde que esta se mantenha, o que tem lugar é um desenvolvimento capitalista dependente e, qualquer que seja o padrão para o qual ele tenda, incapaz de saturar todas as funções econômicas, socioculturais e políticas que ele deveria preencher no estágio correspondente do capitalismo. É claro que o crescimento capitalista se dá , acelerando a acumulação de capital ou a modernização institucional, mas mantendo, sempre, a expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo, como condições e efeitos inelutáveis ( Fernandes, 1976 p.291).

No entanto, o Brasil apresenta-se como um país dependente, mesmo após a industrialização intensiva que foi proporcionado, cuja economia mostra-se cada vez mais deliberada pelos países centrais; em um processo de compartilhização da produção, em que o capitalista é introduzido na periferia pelas economias dominantes, e no entanto, são

efetivamente conduzidos, de forma escalonado e controlado por essas potências ( Fernandes, 1976)

Desse modo, segundo as argumentações de Fernandes (1976), com a atual realidade brasileira, para que o país possa consolidar-se no capitalismo, com um certo nível de independência, torna-se cada vez mais inviável, diante das prerrogativas vigentes.

Por conseguinte, de acordo com Coutinho (2006), a década de 1980, foi um período marcado por lutas da classe trabalhadora e reorganização dos sindicatos, que em 1988, foi instituída e promulgada a Constituição Federal do Brasil; trazendo um conjunto de direitos sociais e do trabalho; além da reorganização da estrutura sindical, originando uma maior liberdade aos trabalhadores. No entanto, os direitos conquistados através dessas lutas ao longo das décadas, vêm sendo expropriados e anulados pelo poderio político do neoliberalismo, deixando a classe subalterna desfavorecida dos direitos sociais.

Mas, segundo Coutinho (2006), a intensificação da hegemonia neoliberal no Brasil, não se fortaleceu somente pela reforma sindical e trabalhista, mas sobretudo, a partir de um bipartidarismo, caracterizado por alternância no poder de forças políticas dominantes; que se ajustam com as mesmas tendências, não priorizando as questões econômico-social do povo brasileiro.

Neste sentido, de acordo com Marini (2005), a exploração da classe trabalhadora, ocorre por três processos, que seriam o aumento da jornada laboral; maior intensidade na execução do trabalho e a redução do nível do consumo do indivíduo, em que esses fatores podem acontecer de forma conjunta ou separadamente. De forma que, a classe dominante no Brasil, que detém o poder, utiliza-se de todos os ofícios para alcançar seus objetivos e manter uma estrutura econômica que não seja capaz de desenvolver-se de forma autônoma.

Por esta razão, o neoliberalismo começou a fixar-se definitivamente no Brasil, na década de 1990, no governo de Fernando Collor de Melo; pois nos países sul-americanos já apresentavam um relativo sucesso econômico, e isso também seria possível acontecer em nosso país, na visão dos defensores do neoliberalismo, através das organizações multilaterais e da contribuição do Estado, com a abertura da econômica. No entanto, no governo Collor (1990-1992), iniciaram-se as reformas que recomendavam a desregulamentação e a privatização de estatais; alegando-se como pontos estratégicos para a soberania econômica nacional (Leme,2010 ).

Nesta perspectiva, de acordo com Martins (2011), quando os países dependentes se integram ao mercado internacional, que por sua vez, isso acontece com uma grande diferença de tecnologia no seu processo, de forma que não acompanham a produção dos estados centrais, evidenciando uma superexploração do trabalho. Com isso, como afirma Martins (2011 p. 287) “a superexploração acontece sempre que a apropriação de mais-valia de um capital por outro não puder ser compensada pela expansão de mais-valia, mediante a geração endógena de tecnologia pelo capital explorado” [...]. Portanto, é dessa forma, que acontece a superexploração, que garante manter o regime de acumulação do capital.

Logo, fica evidente que o Estado está sempre voltado aos interesses do capital, com privatizações, diminuição do investimento em políticas públicas e redução dos direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores.

Nesta mesma perspectiva, os governos de esquerda Lula e Dilma deram sequência às novas etapa de expansão do capitalismo dependente, que teve início nos anos de 1990, sendo alavancado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso ( Castelo, 2016 ). Portanto, dando início a uma nova fase do neoliberalismo, aprofundando-se por esta corrente política de esquerda, que defendem a combinação da ideia de desenvolvimento econômico alicerçado a uma promoção da política social, voltada para os mais necessitados.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O neoliberalismo como foi constatado, teve sua implantação no Brasil para a negação do comando do Estado Nacional, e que, é o sistema que controla o mercado. Dessa forma, é renunciar ao desenvolvimento nacional para servir ao capital internacional; tem o objetivo de desarticular as chances e possibilidades de adotar-se um processo político econômico que atenda ao interesse público. Ou seja, essa ideologia recusa a construção de uma nação sólida, em que todos tenha o direito de desenvolver-se, sem ser explorado pelo poder econômico .

Portanto, verificou-se que o neoliberalismo, tomou para si a responsabilidade de reformular as funções do Estado, com defesa da ideia de Estado Mínimo e de livre mercado. O qual é considerado como o espaço da produção e reprodução do capital sem a interferência política do Estado, ou seja, como espaço de neutralidade. Por fim, pode-se afirmar que, através de muitas evidências levantadas que as lideranças políticas no Brasil estão conectadas com os atores e grupos capitalistas e financeiros da sociedade brasileira e mundial.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo. Boitempo, 2012.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, neodesenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: MACARIO, E. et al. Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social. Fortaleza: Expressão Gráfica e editora, 2016.p.43-73.Disponívelem:<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7562/0> Acesso em: 03 jan. 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: Gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/j5cv4/epub/lima-9788575416129.epub>. Acesso em: 08 jan.2024.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma Cristina. A Contrarreforma Neoliberal e a Terceirização: a precarização como regra. Universidade Federal da Bahia. Caderno CRH. v. 32, n. 86, p. 289-305, 2019. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30518> Acesso em: 10 jan.2024.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. ZAHAR, Rio de Janeiro, 1976.

FILGUEIRAS, Luiz. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. Neoliberalismo y Sectores Dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2006. Disponível em: <http://www.flexibilizacao.ufba.br/C05Filgueiras.pdf> Acesso em 03 jan. 2024.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola. São Paulo, 2003.

HARVEY, David. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo, Loyola, 2008.

LEME, Alessandro André. Neoliberalismo, globalização e reformas do Estado : reflexões acerca da temática. Barbarói. Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n32/n32a08.pdf> Acesso em: 05 jan.2024.

MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. Boitempo, São Paulo, 2011.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. O processo global da produção capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1984.-v. 3, t. 1 (Col. Os Economistas).

MARINI, Ruy Mauro. Vida e Obra. Roberta Traspadini, João Pedro Stedile (org.) .1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: O Ornitorrinco*. Boitempo editorial. 1ª ed. São Paulo, 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico* 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> Acesso em: 25 set. 2023.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 9 ed. Editora Record, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. *Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.131, p. 130-154, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.134> Aceso em: 12 mar.2024.